

GOVERNO FEDERAL



CONCURSO
NACIONAL UNIFICADO **BLOCO 4**

AFT

REVISÃO 7X

AMOSTRA



memoriza.ai

clique aqui para conhecer o material completo

COMO ALCANÇAR O PÓDIO DA APROVAÇÃO?



Imagine-se fazendo parte do seletivo grupo de profissionais que serão admitidos nas **900 vagas** disponíveis no **bloco temático 4**?

E aqui está o que torna essa oportunidade ainda mais irresistível: o salário inicial é nada mais, nada menos que **R\$ 22.921,71**.

Não deixe escapar essa chance única de ingressar em uma **carreira promissora e gratificante**. Prepare-se para conquistar uma posição privilegiada e desfrutar dos benefícios tanto financeiros quanto pessoais que essa oportunidade oferece.

Se você:

- ✓ Precisa **economizar tempo** nos estudos;
- ✓ Busca **potencializar a memorização**;
- ✓ Quer **transformar** seus **estudos** em um processo eficiente.



O SEU FUTURO DE SUCESSO COMEÇA AQUI.

Adquira agora o "REVISÃO 7X - AFT."



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – BLOCO 4 AFT.

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

CONHECIMENTOS GERAIS:

- ✦ Políticas Públicas;
- ✦ Desafios do Estado de Direito: Democracia e Cidadania;
- ✦ Ética e Integridade;
- ✦ Diversidade e Inclusão na Sociedade;
- ✦ Administração Pública Federal e
- ✦ Finanças Públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

- ✦ **Eixo Temático 1** – Gestão Governamental e Governança Pública;
- ✦ **Eixo Temático 2** – Políticas Públicas;
- ✦ **Eixo Temático 3** – Sociologia e Psicologia Aplicadas ao Trabalho;
- ✦ **Eixo Temático 4** – Segurança e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- ✦ **Eixo Temático 5** – Direito do Trabalho.

SUMÁRIO

DICA 1: PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – MATRIZ SWOT

DICA 2: CICLO DO PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES (PDCA)

DICA 3: GESTÃO DE PESSOAS

DICA 4: COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

DICA 5: GESTÃO POR RESULTADOS

DICA 6: GOVERNO ELETRÔNICO (E-GOV)

DICA 7: DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DICA 8: AGENTES PÚBLICOS I

DICA 9: AGENTES PÚBLICOS II

DICA 10: AGENTES PÚBLICOS III

DICA 11: AGENTES PÚBLICOS IV

DICA 12: PLANO PLURIANUAL

DICA 13: NEGROS NO BRASIL

DICA 14: LUTA ANTIRRACISTA

DICA 15: POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

DICA 16: TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DICA 17: INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

DICA 18: DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

DICA 19: SAÚDE DO TRABALHADOR

DICA 20: SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR

DICA 21: DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE

DICA 22: GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

DICA 23: ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

DICA 24: CONCEITO DE TRABALHO

DICA 25: TRABALHO: AÇÃO, NECESSIDADE E COERÇÃO

DICA 26: EXPLORAÇÃO E ALIENAÇÃO

DICA 27: AGENTES NOCIVOS

DICA 28: CONTROLE DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL

DICA 29: PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

DICA 30: RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO

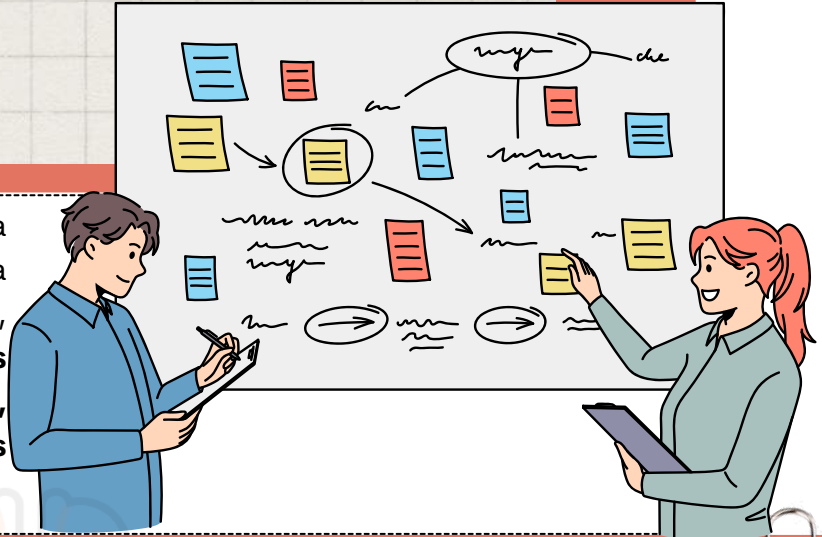


DICA 01

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA V

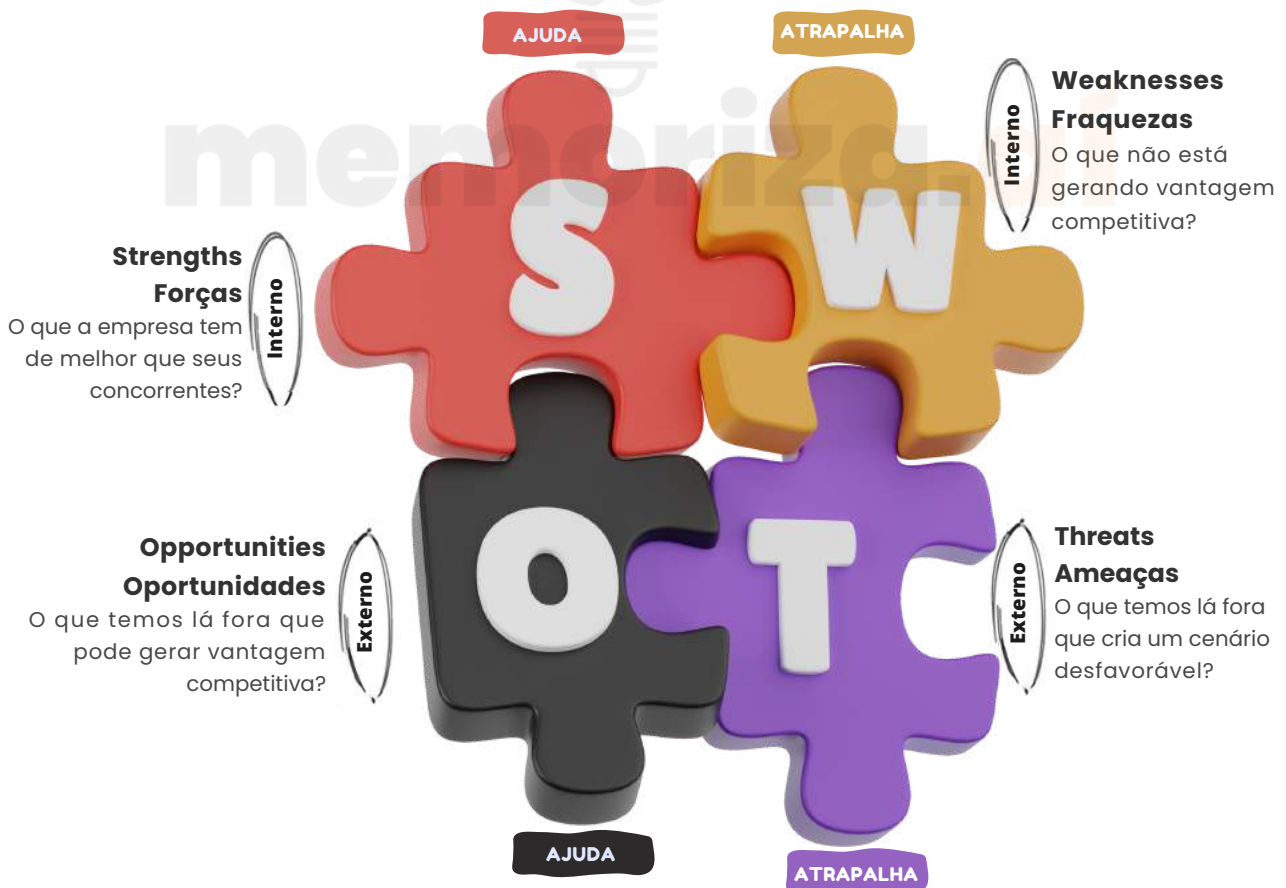
MATRIZ SWOT

A análise SWOT, também conhecida como Matriz SWOT, é uma ferramenta crucial no diagnóstico organizacional, proporcionando aos administradores uma visão sistêmica das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que a organização enfrenta.



Essa abordagem **permite antecipar potenciais problemas futuros e criar estratégias eficazes** para o desenvolvimento da empresa.

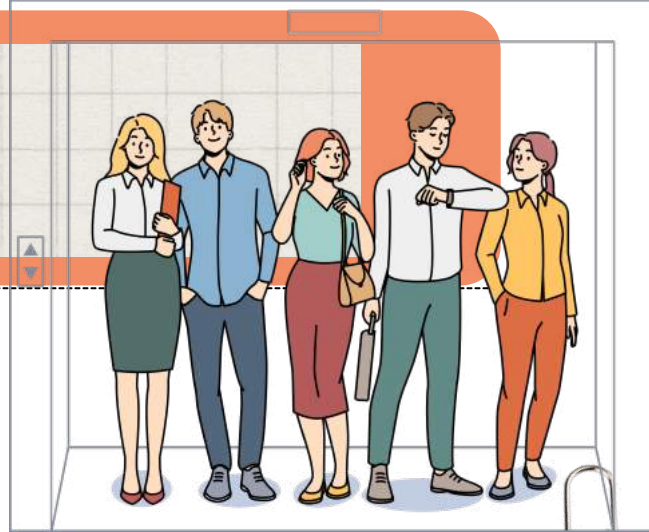
A Matriz SWOT é **uma representação esquemática dividida em quatro quadrantes**, destacando os seguintes aspectos:



DICA 02

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA XI

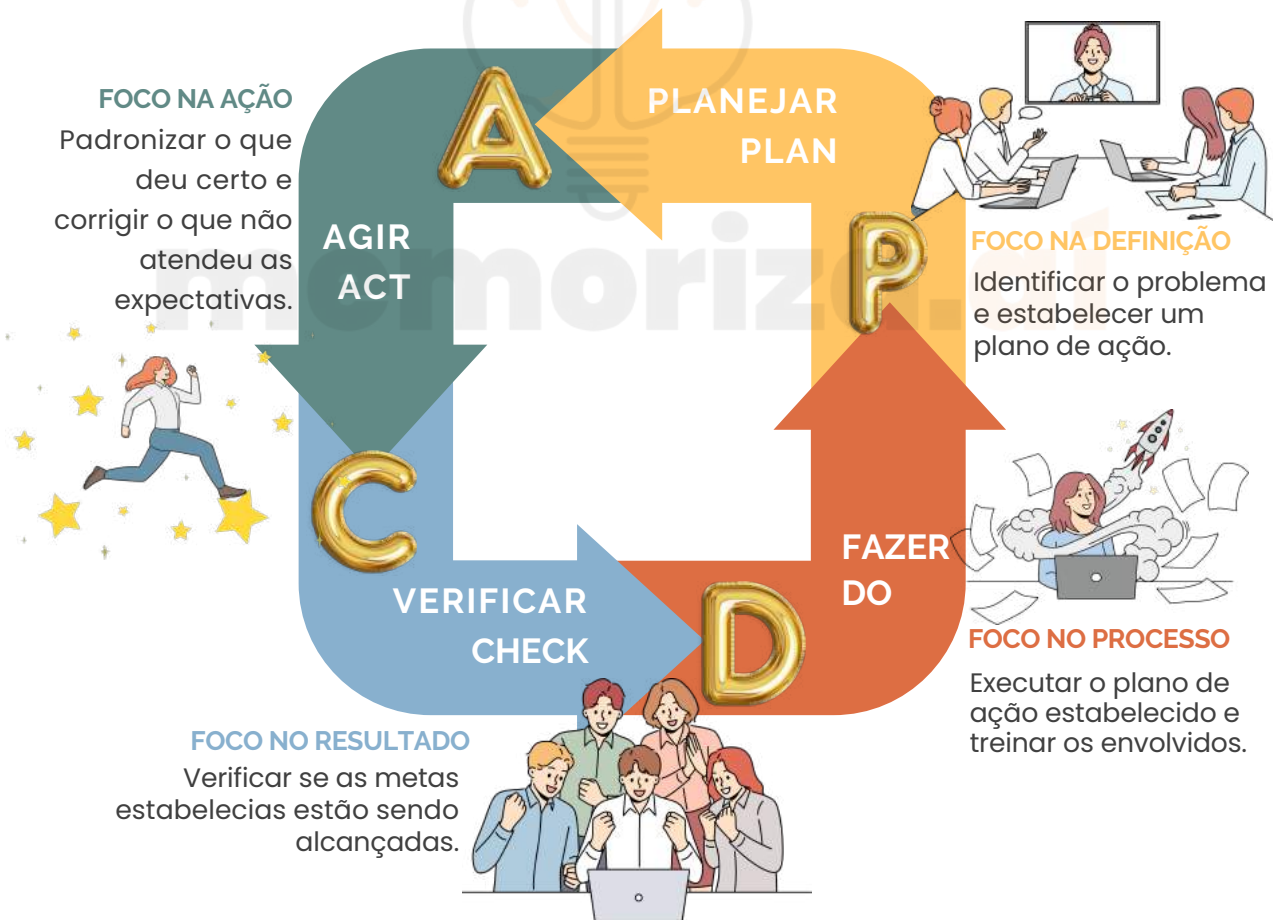
CICLO DO PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES (PDCA)



O ciclo PDCA (**Plan-Do-Check-Act**), também conhecido como **ciclo de melhoria contínua** ou **ciclo de Deming**, é uma abordagem amplamente empregada para **alcançar melhorias contínuas nos processos e resultados de uma organização**.

COMO ELE FUNCIONA?

O ciclo PDCA, por sua **natureza cíclica**, **promove uma abordagem iterativa e sistemática para a melhoria contínua**, sendo uma ferramenta valiosa na gestão da qualidade e excelência operacional.



DICA 03

GESTÃO DE PESSOAS I

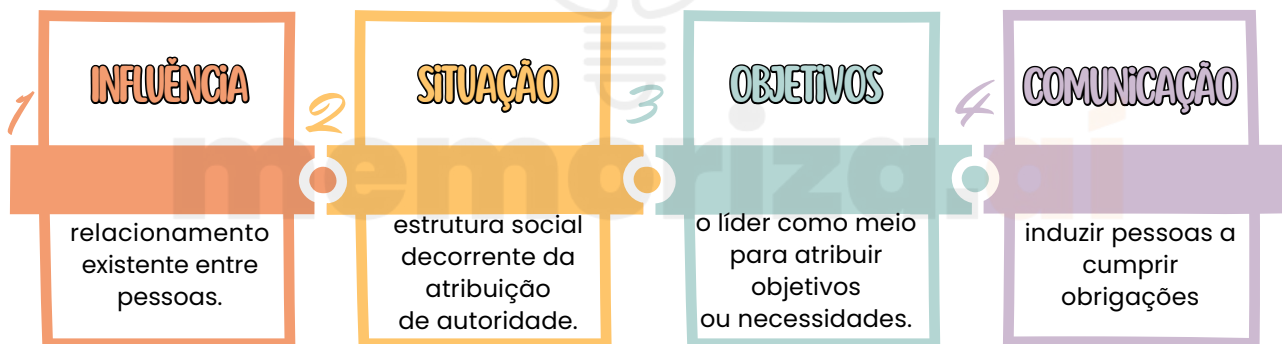
LIDERANÇA

A primeira concepção fundamental de "liderança" a ser compreendida é aquela que a encara como um fenômeno social. Em outras palavras, a liderança não ocorre de forma isolada.

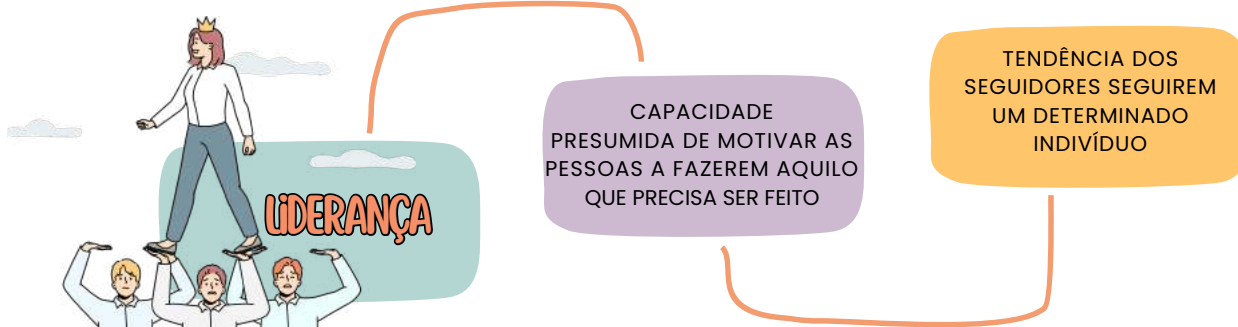
Para que exista liderança, é necessário, no mínimo, a interação entre um líder e um liderado.



Portanto, podemos conceber a liderança como a influência exercida sobre uma determinada situação por meio do processo de comunicação, com o intuito de alcançar um ou mais objetivos.



A definição de liderança, assim, abrange, no mínimo, dois aspectos essenciais:



Unindo esses dois aspectos, chegamos a seguinte conclusão: "Ninguém pode se tornar líder a menos que consiga persuadir as pessoas a fazer o que ela deseja; tampouco será bem-sucedido a menos que seus seguidores a vejam como um meio de alcançar suas próprias aspirações pessoais ou objetivos."

DICA 04

GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS III



Comunicação vai além da simples transmissão de significados. Envolve habilidades humanas relacionadas ao envio e recebimento de informações, pensamentos, sentimentos e atitudes.

ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO

- **Comunicação Formal:** Ocorre de maneira oficial, seguindo os trâmites burocráticos e utilizando canais estabelecidos pelas autoridades superiores.
- **Comunicação Informal:** Acontece em paralelo à formal e envolve conversas não oficiais entre líderes, liderados e colegas. Pode ser uma fonte alternativa de comunicação, mas também pode incluir boatos e fofocas.

FALHAS DE COMUNICAÇÃO E CONFLITOS INTERPESSOAIS

- **Causa Comum:** Pesquisas indicam que as falhas de comunicação são uma fonte significativa de conflitos interpessoais.
- **Importância da Boa Comunicação:** Uma boa comunicação é essencial para minimizar conflitos e aumentar a eficácia de uma organização ou grupo.

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INFORMAL

- **Desafios e Oportunidades:** A comunicação informal, por sua natureza, pode ser desafiadora, mas também oferece oportunidades valiosas para entender as dinâmicas organizacionais.
- **Papel do Administrador:** Cabe ao administrador conciliar a gestão da comunicação informal, reconhecendo sua importância e buscando minimizar riscos, como boatos prejudiciais.



DICA 05

GESTÃO POR RESULTADOS III

INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de desempenho, também chamados de indicadores de excelência, são **formas quantificáveis de representação de características de produtos, serviços ou processos.**

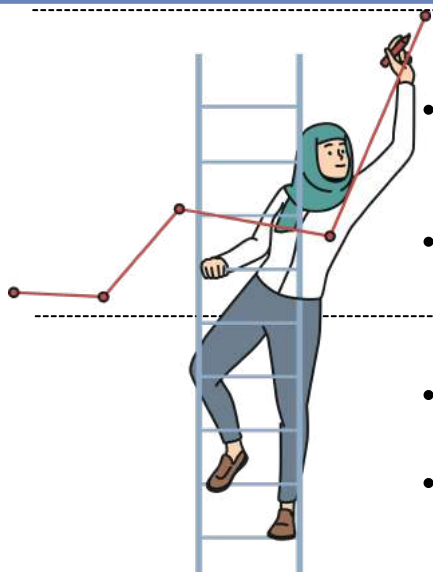


IMPORTÂNCIA DO CONTROLE E MEDIÇÃO

- O **planejamento e controle** estão interligados, e a medição do desempenho é fundamental para avaliar o sucesso na implementação dos planos.
- A capacidade de medir o desempenho permite **comparar os resultados alcançados com os planejados.**

E qual a **função dos indicadores?**

- Visam **acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo.**
- Informam e mensuram o **alcance de objetivos**, proporcionando uma base para tomada de decisões.



COMPONENTES BÁSICOS DE UM INDICADOR (GESPÚBLICA)

- **Medida:** Grandeza qualitativa ou quantitativa que classifica as características, resultados e consequências dos produtos, processos ou sistemas.
- **Fórmula:** Padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- **Índice (Número):** Valor do indicador em determinado momento.
- **Padrão de Comparação:** Índice arbitrário e aceitável para avaliação comparativa de padrão de cumprimento.
- **Meta:** Índice orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

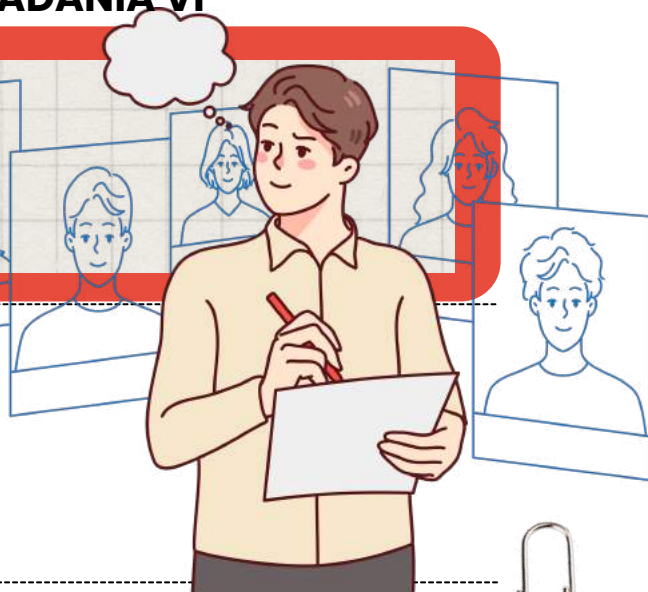
A utilização eficaz de indicadores de desempenho fornece às organizações uma **base objetiva para avaliar progresso, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas para otimizar processos e alcançar metas estabelecidas.** Esses indicadores são essenciais para a gestão eficiente e eficaz em diversos contextos organizacionais.

DICA 06

CONTROLE SOCIAL E CIDADANIA VI

GOVERNO ELETRÔNICO
(E-GOV)

O Governo Eletrônico (e-Gov) é um **programa governamental** direcionado à **disponibilização de informações e serviços à sociedade** por meio de novos canais de relacionamento entre governo e cidadãos, utilizando recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).



Este conceito abrange melhorias nos processos internos, eficiência administrativa, governança, elaboração e monitoramento de políticas públicas, integração entre governos e entre governos e cidadãos, aumento da transparência e a possibilidade de participação democrática e controle social.

O **e-Gov** estabelece uma estreita relação com **conceitos-chave como transparência e accountability**.

POLÍTICA DE E-GOV NA ESFERA FEDERAL

- O **Cidadão, ator principal de todas as ações**, tem a oportunidade de conhecer instrumentos e políticas de governo eletrônico.
- **Objetivo:** Melhorar a **relação e o diálogo com o cidadão**, eliminar barreiras na Web, aumentar a transparência, promover o controle social das ações e incentivar a participação cidadã.
- O **Governo Federal disponibiliza ferramentas e iniciativas aos órgãos** para o desenvolvimento de sistemas e informações.
- **Objetivo: Padronização, integração e interoperabilidade, democratizando o acesso à informação nos sites e portais governamentais.** Isso visa reduzir custos e aprimorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, focando no gerenciamento interno do Estado.
- Na **relação com parceiros e fornecedores**, o Governo Federal desempenha um papel destacado.
- **Objetivo: Garantir políticas, padrões e iniciativas que integrem ações dos vários níveis de governo e dos três Poderes.** O foco é melhorar a prestação de serviço e facilitar o compartilhamento de recursos entre órgãos públicos. Isso inclui desenvolvimento colaborativo de ambientes virtuais, compartilhamento de equipamentos e recursos humanos, promovendo a integração.

DICA 07

POLÍTICAS E NORMATIVAS RELACIONADAS II

DECRETO Nº 8.727/16
USO DO NOME SOCIAL E O
RECONHECIMENTO DA
IDENTIDADE DE GÊNERO II



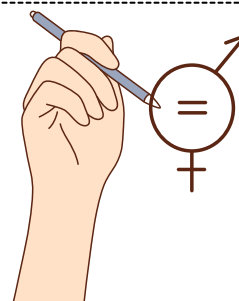
Os registros dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, prontuários e similares dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional devem incluir o campo "**nome social**" em **destaque**, juntamente com o **nome civil**, que será utilizado **exclusivamente** para fins administrativos internos.

O **nome social da pessoa travesti ou transexual**, se solicitado **expressamente**, deve **constar nos documentos oficiais**, juntamente com o nome civil.

- O órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional pode usar o **nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social**, somente quando **estritamente necessário** para atender ao interesse público e proteger os direitos de terceiros.

PESSOAL, FIQUE NA PALAVRA "**ESTRITAMENTE NECESSÁRIO**" A BANCA PODE TENTAR TE CONFUNDIR!

A pessoa travesti ou transexual pode **solicitar, a qualquer momento**, a **inclusão de seu nome social em documentos oficiais** e **registros** dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, prontuários e similares dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



DICA 08

AGENTES PÚBLICOS I

Os agentes públicos são indivíduos que desempenham funções em nome do Estado ou de entidades públicas, exercendo atividades relacionadas à administração pública. Eles desempenham papéis diversos e têm responsabilidades variadas de acordo com suas atribuições e cargos.

Os agentes públicos podem ser **divididos em diversas categorias**. Vamos conhecê-las?



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.



Agentes Administrativos

desempenham funções de gestão e execução das políticas públicas.

podem ser subdivididos em:

Servidores Efetivos: Aprovados em concurso público, ocupam cargos permanentes na administração.

Servidores Comissionados: São nomeados para cargos de confiança, sem necessidade de concurso público, e têm atribuições de gestão.

Empregados Públicos: Trabalham em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Agentes Credenciados

atuam em colaboração com o poder público, como os médicos credenciados pelo SUS.



Agentes Delegados

exercem funções públicas em razão de contrato ou concessão, como os notários e os concessionários de serviços públicos.



DICA 09

AGENTES PÚBLICOS II



Agentes Policiais

atuam nas forças de segurança, como policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários.



Agentes Temporários

contratados para atender a necessidades temporárias e excepcionais, como os professores substitutos.



Agentes Eletivos

aqueles eleitos pelo voto direto para ocupar cargos públicos, como vereadores, deputados, senadores e presidentes.



Militares

os integrantes das Forças Armadas que atuam em defesa da soberania e da integridade territorial do país.



Agentes Honoríficos

pessoas que, sem remuneração, prestam serviços ao Estado.

DICA 10

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.



Recurso Especial 228.977, STF.

Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?



No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto **o STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos**.



Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.

DICA 11

AGENTES PÚBLICOS IV

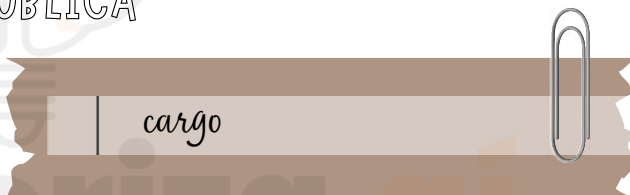


Agentes Administrativos desempenham funções de gestão e execução das políticas públicas.

Enquanto os agentes políticos se destacam por deter considerável autoridade, permitindo-lhes exercer suas funções com independência e discricionariedade, tal atributo **não se aplica aos agentes administrativos**. Este grupo de agentes é definido, precisamente, pela **sua subordinação e pela estrutura hierárquica funcional**.

Observa-se a **presença de agentes administrativos tanto nos órgãos que compõem a administração direta quanto nas entidades que formam a administração indireta**. Em ambos os contextos organizacionais, torna-se essencial contar com agentes incumbidos de executar as tarefas requeridas para que o Poder Público possa expressar suas decisões de forma efetiva.

CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA



- ✓ É uma **posição** na estrutura da administração pública, **com atribuições e responsabilidades específicas**.
- ✓ Geralmente está associado à administração direta (órgãos) e é **preenchido por meio de concurso público**.
- ✓ O ocupante de um **cargo público é chamado de servidor público**.
- ✓ Os cargos têm um conjunto de **atribuições, requisitos de qualificação e remuneração** previamente estabelecidos em lei.
- ✓ Exemplos: Analista Administrativo, Técnico em Saúde, Auditor Fiscal.

CARGOS ISOLADOS: são constituídos por uma única classe, sem a possibilidade de progressão na carreira para o ocupante ao longo do tempo.

CARGOS EM CARREIRA: são estruturados em várias classes, permitindo que os servidores progridam na carreira após um determinado período e, desde que cumpram os requisitos legais estabelecidos.

DICA 12

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



PLANO PLURIANUAL



O Plano Plurianual (PPA) é uma **peça orçamentária que estabelece as prioridades e metas de longo prazo da Administração**. De modo regionalizado, o PPA pode dispor sobre as **diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e outras despesas de duração continuada** (com duração igual ou superior a dois exercícios).

O **não envio do PPA pelo Chefe do Executivo implica em crime de responsabilidade**, conforme disposto no art. 165, § 9º, da Constituição Federal. Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

o que precisamos saber?



ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT)

É **aplicado quando não há lei complementar**. De acordo com o artigo 35, §2º, I, do ADCT, o projeto do Plano Plurianual (PPA) **deve ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa**.

Portanto, **o PPA terá vigência nos três últimos anos do mandato do Presidente e no primeiro ano do mandato do Presidente seguinte**.

O **prazo para o envio é o mesmo da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que é até 31 de agosto, e a aprovação deve ocorrer até o final da sessão legislativa, que é em 22 de dezembro. Consequentemente, conclui-se que **o PPA é válido por quatro anos**.

DICA 13

HISTÓRIA DOS NEGROS NO BRASIL I

NEGROS NO BRASIL



A história dos negros no Brasil é marcada por uma **jornada de luta, resistência e superação de desafios** persistentes desde os tempos sombrios da escravidão. Os negros enfrentaram condições desumanas, foram privados de liberdade e tratados como mercadoria.

Apesar da opressão, desenvolveram **estratégias de resistência**, preservando suas **culturas e tradições**, e buscando incansavelmente sua **liberdade**.

- O **racismo** é uma ideologia que sustenta a **crença na superioridade de certos grupos étnico-raciais**, levando à **discriminação e opressão** sistemática contra minorias raciais.
- Essa discriminação pode **assumir diversas formas**, desde exclusões sutis e estereótipos até violência explícita e marginalização.
- Após a abolição da escravatura em 1888, os negros **conquistaram formalmente sua liberdade**, porém foram **marginalizados** da sociedade, **privados** de acesso à terra, educação e oportunidades econômicas.
- A **segregação** persistiu por meio de **práticas discriminatórias e políticas de exclusão social**, alimentadas pelo **racismo enraizado nas estruturas do país**.

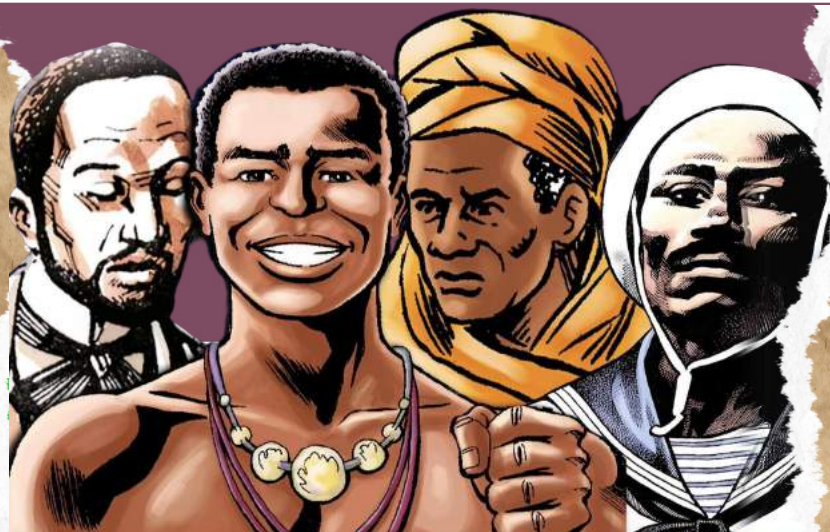


Mesmo após a **abolição da escravidão**, o racismo continua a **gerar desigualdades** em áreas como educação, saúde, moradia, emprego e segurança.

DICA 14

HISTÓRIA DOS NEGROS NO BRASIL II

LUTA ANTIRRACISTA

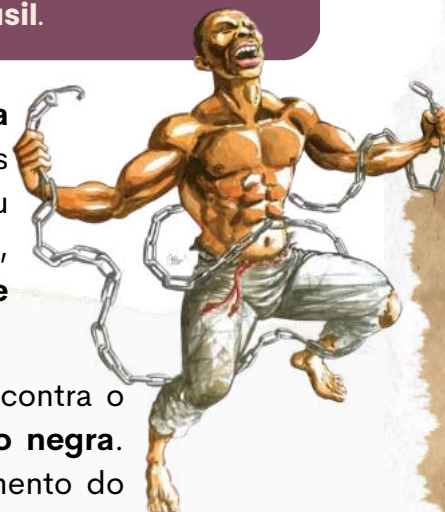


A luta contra o racismo tem suas raízes desde a **chegada do primeiro indivíduo negro ao Brasil**. Em cada período histórico, surgiram desafios e estratégias distintas, moldadas pelas condições do sistema escravocrata ainda presentes na contemporaneidade.

- Durante a **época colonial**, destacaram-se **formas de resistência** como fugas, suicídios, ataques aos senhores de escravos, banzo (uma profunda tristeza que muitas vezes resultava em morte), recusa em trabalhar, sacrifício de crianças por mães que não queriam vê-las sujeitas ao mesmo destino, e tentativas constantes de fuga para áreas remotas.
- O **Quilombo dos Palmares originou-se do movimento de fuga de escravizados**, desafiando o **sistema escravocrata** por mais de cem anos. Durante o período imperial, as Irmandades do Rosário e o movimento abolicionista desempenharam papéis importantes na resistência à escravidão.
- No final do Império e início da República, clubes e associações negras surgiram em todo o país, como a **Sociedade Floresta Aurora**, resistindo ao tempo e tornando-se **símbolos da luta negra no Brasil**.

O Quilombo representava uma **ameaça ao status quo da colônia brasileira**, levando a Coroa a empreender esforços incansáveis para erradicá-lo, mesmo após a morte de seu líder, Zumbi dos Palmares. Mesmo com a sua persistência, **o Quilombo se tornou o símbolo mais duradouro de resistência e liberdade** na história brasileira.

Organizações negras no Brasil têm papel crucial na luta contra o **racismo e na promoção de políticas para a população negra**. Desde os anos 1990, houve avanços como o reconhecimento do racismo, ministérios dedicados a políticas para negros e leis em prol das comunidades quilombolas.



DICA 15

INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS I

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL



→ As **políticas públicas no Brasil** são comumente divididas em três categorias principais: sociais, econômicas e ambientais.

- As **políticas sociais** visam melhorar as condições de vida de grupos marginalizados, como famílias de baixa renda, pessoas com deficiência, residentes em áreas degradadas e comunidades indígenas.



- Já as **políticas econômicas** têm como objetivo elevar o padrão de vida dos cidadãos brasileiros, promovendo o emprego, fortalecendo a moeda e reduzindo o déficit orçamentário.

- Em relação às **políticas ambientais**, o foco está na redução do impacto das mudanças climáticas, na preservação dos recursos naturais, na qualidade do ar e no acesso a serviços de saúde sustentáveis.



Conforme Secchi, uma política pública é descrita como "**uma diretriz desenvolvida para lidar com um problema de interesse público**". Isso implica que uma política pública é composta por dois elementos cruciais: a **intenção pública** e a **solução de um problema de interesse coletivo**. Em suma, o propósito por trás da formulação de uma política pública é abordar ou resolver uma questão considerada relevante para a sociedade.

DICA 16

INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS II



TIPOLOGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Há quatro categorias distintas de políticas públicas, variando de acordo com os objetivos e a extensão da medida adotada:

POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS:

São políticas que visam **distribuir recursos, benefícios** ou **oportunidades** de forma mais equitativa entre os membros da sociedade.

EXEMPLOS INCLUEM PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SUBSÍDIOS PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA.

POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS:

Ao contrário das políticas distributivas, as políticas redistributivas buscam **redistribuir** recursos, geralmente de **forma progressiva**, dos grupos mais ricos para os mais pobres.

INCLUEM POLÍTICAS FISCAIS PROGRESSIVAS, COMO IMPOSTO DE RENDA PROGRESSIVO E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.

POLÍTICAS CONSTITUTIVAS:

Essas políticas têm como objetivo **estabelecer** ou **alterar** as **regras** e **instituições** fundamentais da **sociedade**, moldando a estrutura e o funcionamento do sistema político e econômico.

EXEMPLOS INCLUEM REFORMAS CONSTITUCIONAIS, CRIAÇÃO DE NOVAS LEIS E REGULAMENTOS QUE AFETAM A ESTRUTURA DO GOVERNO E DOS MERCADOS.

POLÍTICAS REGULATÓRIAS:

São **políticas destinadas a regular o comportamento** dos **indivíduos, empresas** e **organizações**, com o objetivo de proteger o interesse público, promover a concorrência justa e garantir a segurança e o bem-estar da população.

INCLUEM REGULAMENTAÇÕES AMBIENTAIS, NORMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, LEIS ANTITRUSTE E REGULAMENTAÇÕES DO SETOR FINANCEIRO.

GUARDE ESSA INFORMAÇÃO PARA SUA PROVA!

Enquanto as políticas **distributivas** se concentram em garantir que os recursos sejam **acessíveis** a todos, as políticas **redistributivas** buscam ativamente **corrigir desigualdades redistribuindo recursos** de forma mais **equitativa**.

DICA 17

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS III

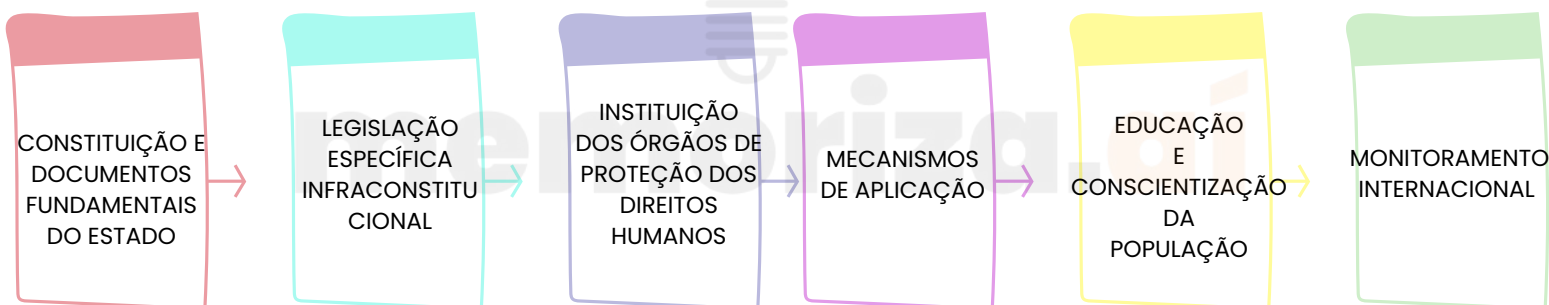
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



➔ A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais diz respeito ao procedimento pelo qual os **princípios e direitos básicos** são **integrados e protegidos** dentro do **sistema jurídico e político** de um país.

➔ Esse processo inclui a **elaboração de normas legais, estruturas institucionais e mecanismos de aplicação** para garantir o reconhecimento, respeito e efetiva garantia desses direitos.

A institucionalização desempenha um **papel essencial na defesa e promoção dos direitos e garantias fundamentais** dos indivíduos na sociedade.



- NO CENÁRIO BRASILEIRO, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ILUSTRA CLARAMENTE ESSE AVANÇO, SENDO FREQUENTEMENTE CHAMADA DE **"CONSTITUIÇÃO CIDADÃ"** POR PRIORIZAR A **DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS LIBERDADES INDIVIDUAIS**.

DICA 18

FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO II

DESCENTRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL



→ A descentralização das políticas públicas no Brasil refere-se à **partilha de responsabilidades e competências** entre os vários níveis de governo (federal, estadual e municipal).

→ Esse procedimento visa **aproximar a gestão pública das necessidades locais, fortalecer a autonomia dos entes federativos e aprimorar a eficácia na prestação de serviços à população.**

O termo "**descentralização**" vai além das **distinções territoriais de autoridade**, e em diferentes contextos adquiriu múltiplos significados.

Diversos autores têm tentado definir e classificar suas diferentes modalidades. De acordo com uma dessas classificações (Tobar, 1991), existem três tipos de descentralização:

- **Funcional ou horizontal:** Refere-se à **transferência de competências ou funções para entidades ou estruturas governamentais autônomas**, apesar de permanecerem geralmente ligadas à administração central. Esta forma é uma alternativa para **melhorar a eficiência e eficácia na execução de certas funções públicas**, envolvendo entidades como fundações e empresas públicas.
- **Do Estado para a sociedade civil:** Envolve a **transferência de funções em duas direções distintas**, refletindo perspectivas privatistas para agentes de mercado e comunitaristas para organizações da sociedade civil. A transferência do Estado para o mercado pode ocorrer através de **mecanismos como privatização**, alterações nos direitos de propriedade de estruturas que fornecem serviços públicos, terceirização ou delegação de atividades a entidades privadas, e flexibilização de regulamentações estatais em determinados mercados. A transferência para a sociedade civil adota um caráter comunitarista ao envolver organizações da sociedade civil na prestação de serviços públicos.
- **Territorial ou vertical:** Implica a **transferência de poderes, competências ou funções para entidades governamentais em níveis inferiores ou menos abrangentes, como estados ou municípios**. A descentralização territorial, que caracteriza o federalismo, pode ser definida de várias formas, sendo frequentemente associada ao federalismo em muitos estudos.



DICA 19

LEI N° 8.080/1990 VI

SAÚDE DO TRABALHADOR

A "saúde do trabalhador" envolve um conjunto abrangente de atividades destinadas a promover e proteger a saúde dos trabalhadores, bem como a recuperar e reabilitar a saúde daqueles expostos a riscos e agravos decorrentes das condições de trabalho.



O QUE ISSO INCLUI?



Assistência a trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho ou portadores de doenças profissionais;



Participação em estudos, pesquisas e controle de riscos no ambiente de trabalho;

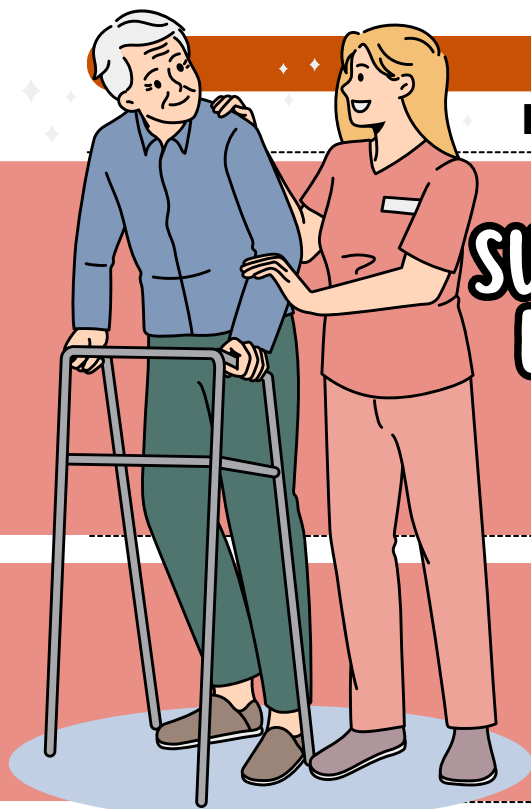


Além disso, a saúde do trabalhador envolve a **informação aos trabalhadores e suas entidades sindicais sobre riscos ocupacionais**, e resultados de fiscalização;

Controle das condições de produção e a revisão periódica da lista de doenças relacionadas ao trabalho.

DICA 20

LEI N° 8.080/1990 XVI



SUBSISTEMA DE ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR

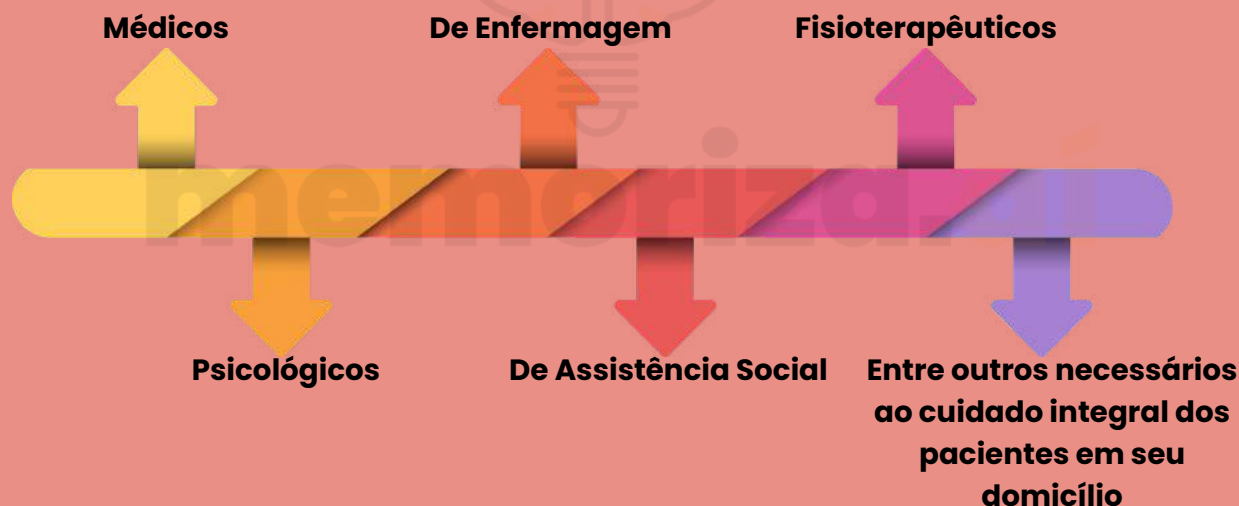
Art. 19-I. No contexto do Sistema Único de Saúde, ficam oficialmente instituídos o **atendimento em domicílio** e a **internação em domicílio**.

O atendimento e a internação domiciliares apenas serão autorizados nos seguintes casos:

- Mediante prescrição médica.
- Com o consentimento explícito do paciente e de sua família.

COMO ISSO FUNCIONA?

No que diz respeito à **modalidade de assistência em atendimento e internação domiciliares**, são abrangidos principalmente os seguintes procedimentos:



O **atendimento e a internação domiciliares** serão executados da seguinte maneira:

1 POR EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

2 QUE ATUARÃO NOS NÍVEIS DA MEDICINA

3 PREVENTIVA, TERAPÊUTICA E REABILITADORA



DICA 21

LEI N° 8.080/1990 XVI



DA ASSISTÊNCIA TERAPÊUTICA E DA INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA EM SAÚDE

I - **Dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde:** Os medicamentos e produtos de interesse para a saúde serão fornecidos quando a prescrição estiver de acordo com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolos clínicos específicos para a doença ou condição de saúde a ser tratada.

II - **Oferta de procedimentos terapêuticos:** Isso inclui a prestação de procedimentos terapêuticos em diversos contextos, **como em ambiente domiciliar, ambulatorial e hospitalar.** Esses procedimentos terapêuticos serão listados em tabelas elaboradas pelo gestor federal do Sistema.

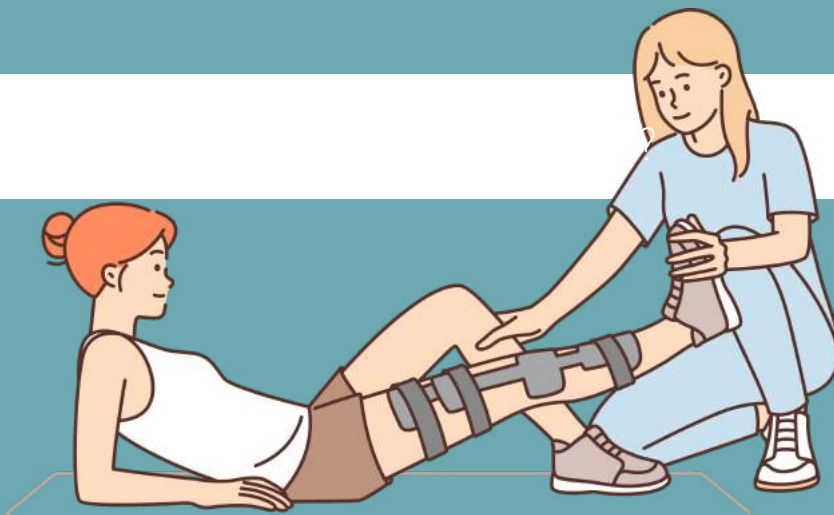
QUAIS SÃO OS PRODUTOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE?

Órteses

Próteses

Bolsas
Coletoras

Equipamentos
Médicos



DICA 22

LEI Nº 8.142/1990 I

GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A Lei nº 8.142 foi promulgada para **fortalecer a participação da comunidade na gestão do SUS e regulamentar as transferências de recursos financeiros** entre os entes federativos na área da saúde.

O QUE PRECISAMOS SABER SOBRE ESSA LEI?

A lei estabelece que a **participação da comunidade na gestão do SUS é fundamental**. Ela prevê a **criação de Conselhos de Saúde em todos os níveis de governo (municipal, estadual e federal)**, compostos por representantes do **governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários do sistema**. Esses conselhos têm a **responsabilidade de fiscalizar e participar das decisões relativas à saúde**.

A lei estabelece os **critérios e os mecanismos para as transferências de recursos financeiros entre os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal)** no âmbito do SUS. Isso inclui os **repasses de recursos federais para estados e municípios, bem como a definição de critérios de distribuição desses recursos**.

A legislação determina que o **SUS deve ter um plano de saúde, que deve ser atualizado a cada quatro anos**. Esse plano deve contemplar ações e metas a serem alcançadas no campo da saúde.

4 anos

A lei estabelece que a **programação das ações e serviços de saúde deve ser pactuada entre os gestores das diferentes esferas** de governo, com base nas necessidades da população e nos recursos disponíveis.

LEMBRE-SE!

A Lei nº 8.142 também prevê a **criação da Ouvidoria do SUS**, que tem a função de **receber as manifestações dos cidadãos sobre a prestação de serviços de saúde**, contribuindo para a melhoria do sistema



DICA 23

LEI Nº 8.142/1990 II

ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE



O QUE PRECISAMOS SABER?

O SUS, em cada esfera de governo (**municipal, estadual e federal**), contará com **duas instâncias colegiadas**:

I - A Conferência de Saúde: É uma instância de participação social que se reúne a cada quatro anos.



- Composta por representantes de diversos segmentos sociais, **incluindo gestores, profissionais de saúde e usuários do sistema.**
- A principal função da Conferência de Saúde é **avaliar a situação de saúde no país e propor diretrizes para a formulação da política de saúde** nos níveis correspondentes (municipal, estadual e federal).

II - O Conselho de Saúde: É um órgão permanente e deliberativo, também composto por representantes dos diversos segmentos sociais.



- O Conselho de Saúde tem a **função de fiscalizar e controlar a execução das políticas de saúde, além de participar da formulação de estratégias e diretrizes para a área.**
- O **Conselho de Saúde pode convocar a Conferência de Saúde** extraordinariamente, caso julgue necessário.

DICA 24

SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SEU OBJETO DE ESTUDO I

CONCEITO DE TRABALHO

A partir do século XIX, a **teoria da evolução** das **espécies** desafia a visão do homem como um "milagre" e o coloca como parte integrante da natureza e de suas leis universais. Marx e Engels abordam a questão sobre **o que diferencia a humanidade dos outros animais?**



Enfatizaram que a distinção surge quando os **seres humanos** passam a **produzir seus próprios meios de subsistência**.

O QUE PRECISAMOS SABER?

- O trabalho é descrito como o **processo** no qual o **homem media, regula e controla seu metabolismo** com a **natureza**, modificando não só o mundo ao seu redor, mas também a si mesmo.
- Essa atividade é **crucial** para a **sobrevivência**, a **interação social** e a **estruturação** da sociedade.



- **Marx** define trabalho como **esforço humano** com **intenção consciente**, diferente das ações instintivas dos animais.
- O **objeto do trabalho** é o que **satisfaz necessidades** e os **meios** são as **ferramentas utilizadas**.
- **Engels** sustenta que o trabalho não só permite ao homem **obter** da **natureza** o **essencial** para **sobreviver**, mas também **altera objetivamente a natureza** para atender às suas **necessidades**.
- O trabalho é descrito como a **origem** de toda **riqueza** e um elemento fundamental para a vida humana.
- No século XX, **Gyorgy Lukács** destaca a prioridade ontológica do trabalho na análise do ser social. Ele defende que o trabalho é uma **atividade fundamental** que permite entender o **ser social**.
- A **reprodução material** da **vida**, centrada no trabalho, é vista como a categoria principal para o ser social, ressaltando a relevância do trabalho na **construção** e **perpetuação** da **sociedade humana**.

DICA 25

SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SEU OBJETO DE ESTUDO II

TRABALHO: AÇÃO, NECESSIDADE E COERÇÃO



O trabalho é uma **dimensão essencial** da **experiência humana**, definido como uma **ação consciente**, impulsionada por **necessidades** e frequentemente **moldada** por **pressões sociais**.

Vamos analisar esses **três elementos interligados**:

MOTIVADO POR NECESSIDADES:

O TRABALHO ESTÁ LIGADO À **SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES HUMANAS**, DESDE AS BÁSICAS ATÉ AS MAIS COMPLEXAS, VARIANDO DE ACORDO COM **CULTURA E TEMPO**, INFLUENCIANDO O TIPO DE TRABALHO E PRIORIDADES INDIVIDUAIS E SOCIAIS.

AÇÃO CONSCIENTE:

O TRABALHO HUMANO DESTACA-SE PELA **CAPACIDADE CONSCIENTE DE PLANEJAR**, DECIDIR E EXECUTAR TAREFAS COM INTENCIONALIDADE, POSSIBILITANDO A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE PARA ATENDER ÀS **NECESSIDADES INDIVIDUAIS**.

COERÇÃO SOCIAL:

MESMO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS, A **COERÇÃO** PODE OCORRER DE MANEIRAS SUTIS, COMO A **DEPENDÊNCIA DE EMPREGO** PARA **SOBREVIVÊNCIA** E A **PRESSÃO** PARA SEGUIR **NORMAS SOCIAIS**, INCLUINDO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO AO LONGO DA HISTÓRIA.



- Ao longo do tempo, as sociedades passaram por transformações na natureza do trabalho, especialmente com o advento da **Revolução Industrial** e o subsequente desenvolvimento do **capitalismo**.
- Essas mudanças impactaram as **relações de trabalho**, introduzindo novas formas de **organização, especialização e divisão de trabalho**. A tecnologia também desempenhou um papel significativo na evolução das **ocupações** e na **redefinição** do que **constitui trabalho**.
- Nas **sociedades modernas**, questões como **equidade salarial, condições de trabalho, automação e equilíbrio** entre vida profissional e pessoal tornaram-se temas relevantes.

COMPREENDER A **INTERAÇÃO** ENTRE **AÇÃO CONSCIENTE, NECESSIDADES E COERÇÃO SOCIAL** É FUNDAMENTAL PARA LIDAR COM OS **DESAFIOS ATUAIS** E **MOLDAR FUTURAS DINÂMICAS DE TRABALHO**.

DICA 26

SOCIOLOGIA DO TRABALHO E SEU OBJETO DE ESTUDO III



EXPLORAÇÃO E ALIENAÇÃO

O QUE PRECISAMOS SABER?

No âmbito do **capitalismo**, Karl Marx apresentou uma **avaliação crítica** sobre o trabalho, enfatizando a **conversão** desse elemento crucial da **atividade humana** em uma **mercadoria**. Sob o sistema econômico atual, o empregado **negocia** sua **capacidade de trabalho** com o empregador, o que acaba por **alienar o indivíduo em diversas dimensões**.



QUANDO OCORRE A ALIENAÇÃO?

- A alienação do trabalhador se evidencia quando ele **não se identifica com o resultado de seu trabalho**, pois este **pertence ao empregador**. O sentimento de estranheza em relação ao próprio trabalho é acentuado, levando o trabalhador a ver o que cria como algo distante e poderoso, uma mercadoria desligada de sua verdadeira essência.
- A **perda de identidade** e controle é notória, uma vez que o **trabalhador não tem comando sobre o fruto de seu esforço**.

A **ALIENAÇÃO NÃO SE LIMITA AO PRODUTO FÍSICO DO TRABALHO**; ELA SE ESTENDE À **CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR!!!**



- O capital, desvinculado do trabalho, **aliena** o ser humano da produção de sua **existência social**.
- A alienação **inverte** o sentido das **relações sociais**: o homem (sujeito) se torna objeto, enquanto o objeto (mercadoria) se torna sujeito.
- O processo de produção do capital se desliga do controle social dos indivíduos e passa a operar de acordo com sua própria lógica interna: a **busca pela acumulação**.



JÁ CAIU EM PROVA!!!

Ricardo Antunes aborda a **exploração** no ambiente de trabalho ao considerar as mudanças nas **relações de produção**.

- Ele destaca a **intensificação da extração de mais-valia**, onde os **trabalhadores geram mais valor do que recebem** em salários.
- Essa exploração é evidenciada pela **discrepância** entre o que é **produzido** pelos trabalhadores e o que é **efetivamente pago** a eles, resultando em **lucros concentrados nas mãos dos proprietários** dos meios de produção.



DICA 27

NOÇÕES CONCEITUAIS DE HIGIENE DO TRABALHO I

AGENTES NOCIVOS

A exposição a substâncias prejudiciais envolve a **presença de elementos** que possam afetar a **saúde** ou a **segurança dos funcionários**. O ambiente de trabalho, por sua própria natureza, apresenta vários riscos para os trabalhadores.



A exposição a agentes nocivos pode surgir de **condições ambientais**, abrangendo fatores físicos, químicos, biológicos, **organização do trabalho** e aspectos **ergonômicos**.

RISCOS AMBIENTAIS:



- **Riscos biológicos:**

- **Microorganismos Patogênicos:** a exposição pode resultar em infecções e doenças ocupacionais.
- **Vírus e Bactérias:** ambiente favorável para a propagação de doenças.

- **Riscos químicos:**

- **Compostos Químicos:** impacto na saúde que varia de irritações a doenças crônicas.
- **Gases e Vapores:** a inalação pode causar danos respiratórios graves.
- **Substâncias Tóxicas:** a exposição pode levar à intoxicação aguda ou crônica.



- **Riscos físicos:**

- **Vibrações:** associadas a distúrbios circulatórios e musculoesqueléticos.
- **Pressões Anormais:** podem causar problemas respiratórios e circulatórios.
- **Calor e Frio Extremos:** condições climáticas extremas afetam a saúde térmica.
- **Ruídos:** exposição prolongada pode resultar em perda auditiva irreversível.



NO ENTANTO, AS ATIVIDADES PROFISSIONAIS SÃO ATUALMENTE **REGULAMENTADAS POR NORMAS** QUE AJUDAM A **REDUZIR** OU **ELIMINAR** ESSES **RISCOS**.

DICA 28

NOÇÕES CONCEITUAIS DE HIGIENE DO TRABALHO II

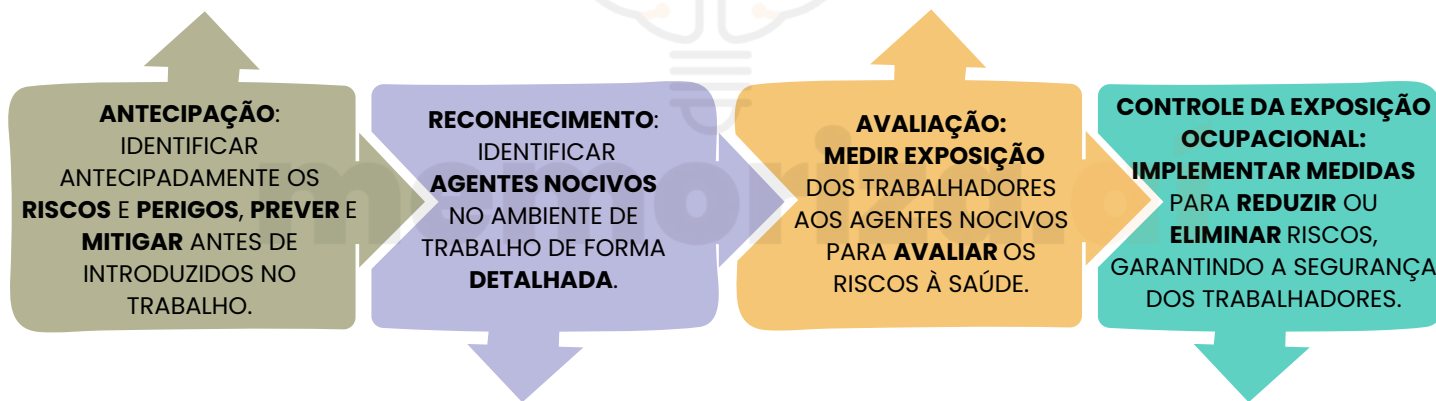
CONTROLE DA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL



A exposição a substâncias prejudiciais no local de trabalho pode causar vários danos à saúde dos trabalhadores, variando de acordo com o tipo de substância e o nível de exposição.

As leis de saúde ocupacional têm como objetivo identificar, controlar e prevenir a exposição a essas substâncias, visando proteger a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Uma gestão eficaz da segurança ocupacional requer uma abordagem sistemática que engloba quatro fases interconectadas.



O QUE PRECISAMOS SABER?

- Estas quatro etapas constituem um ciclo contínuo e interativo, uma vez que a melhoria contínua da segurança ocupacional requer uma revisão constante e atualização, levando em consideração as mudanças nas tarefas laborais, ambientes de trabalho e regulamentações relevantes.
- O envolvimento ativo dos colaboradores, juntamente com uma cultura organizacional focada na segurança, é essencial para o êxito desse processo.



DICA 29

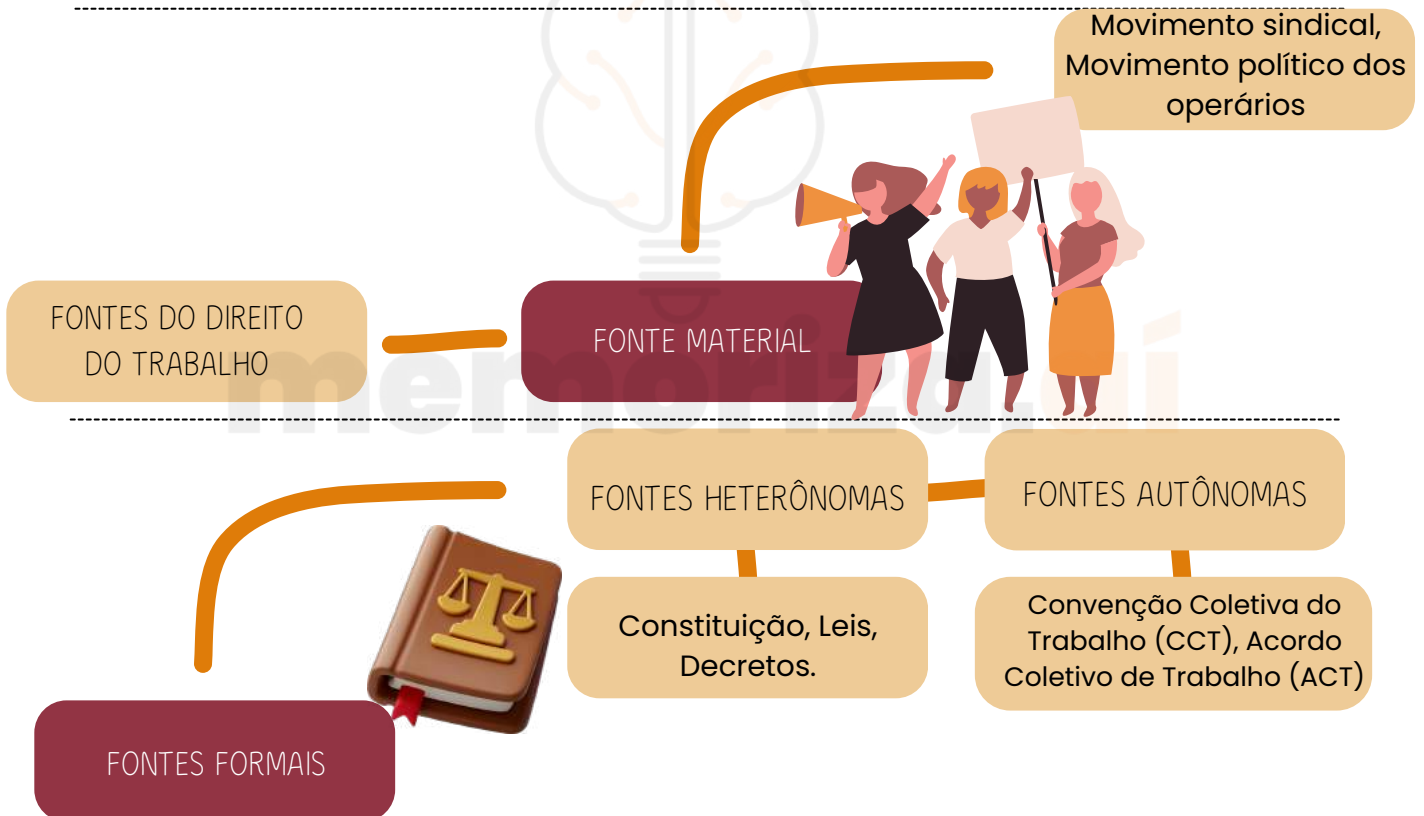
NOÇÕES DE DIREITO I

PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO



No Direito do Trabalho, as fontes são consideradas a **origem** das **manifestações legais**, o ponto de partida de onde o direito se origina. Fonte é o termo usado para descrever a **base** das **leis**.

De acordo com Miguel Reale, elas são definidas como: "Os processos ou meios pelos quais as regras legais são estabelecidas com força obrigatória legítima".



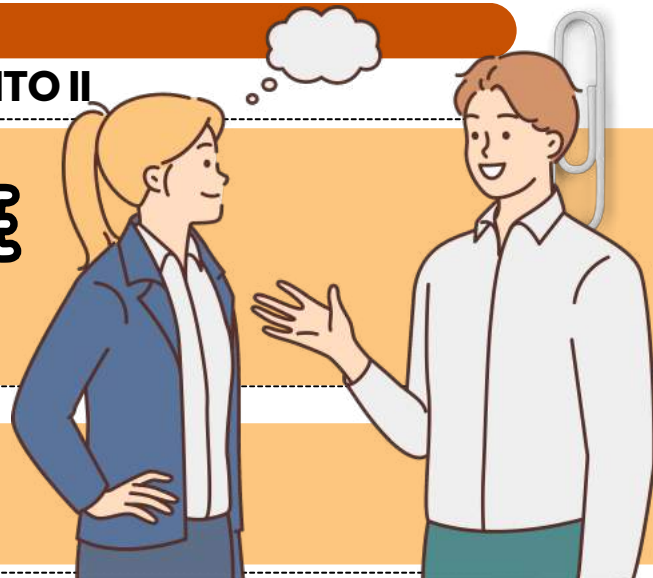
• **Fontes Formais Heterônomas:** Conhecidas como **imperativas** ou **estatais**, são aquelas em que o **Estado intervém** sem a participação direta dos destinatários principais das regras legais. Tratados e Convenções Internacionais são considerados fontes formais heterônomas, uma vez que, após ratificados pelo Brasil, passam a integrar o ordenamento jurídico.

• **Fontes Formais Autônomas:** Referidas como **diretas**, **primárias** ou **não estatais**. Sua formação envolve a participação dos destinatários das regras estabelecidas, sem a intervenção direta do Estado.

DICA 30

NOÇÕES DE DIREITO II

RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO



O QUE PRECISAMOS SABER?

Todo **empregado** é um **trabalhador**, mas **nem todo trabalhador** é um **empregado**. Portanto, os **contribuintes avulsos ou individuais** são vistos como **trabalhadores**, mas **não** como **empregados**.



- A **relação de trabalho** abrange **qualquer tipo de contrato legal** em que uma pessoa física realiza obras ou serviços para outra pessoa física ou empresa, em troca de pagamento em dinheiro.
- A **relação de trabalho** é o gênero do qual a **relação de emprego** é uma espécie, conforme definido por Carmem Camino.

- A **relação de emprego** é caracterizada como uma **relação de trabalho** de **natureza contratual**, realizada **dentro de uma atividade econômica** ou **equivalente**, na qual o empregado se compromete a fornecer um trabalho pessoal essencial para os objetivos da empresa, estando subordinado ao empregador, que assume os riscos do empreendimento econômico, supervisiona a prestação do trabalho e o remunera com um salário (Camino, 2004, p. 235).
- A **relação de emprego** é um **acordo** entre **empregador** e **empregado**, baseado na subordinação para a prestação contínua de serviços.



CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de concluir nossa incrível **amostra do guia de dicas ilustradas do Memoriza.ai.**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado o seu interesse e fornecido uma visão do que o **nosso guia completo tem a oferecer.**

Se você ficou impressionado com a qualidade e eficácia de nossas dicas e estratégias e deseja levar sua preparação para o concurso público a um nível superior, **não hesite em adquirir o guia completo.**

Este guia de resumos foi projetado para acelerar a sua aprovação, fornecendo uma revisão rápida e eficiente dos tópicos-chave.

Acelere seu aprendizado e acelere sua aprovação com nossos recursos.

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ [Acesse nosso Instagram](#)

